

AS NEGOCIAÇÕES PARA A PAZ NO SRI LANKA: AVANÇOS E RETROCESSOS

Gilberto Antonio Duarte Santos

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília

gil.santos13@gmail.com

RESUMO: A guerra civil no Sri Lanka foi causada pela constante discriminação de sua maioria étnica, os cingaleses, sobre a maior minoria, os tâmeis. Em 1983, um grupo armado rebelde, os *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE) cometeu um ataque que deu início ao conflito. Este se intensificou nos anos 1990, mas os beligerantes se exauriram por volta do ano 2000, quando a Noruega passou a mediar. Houve diversas tentativas de negociação, concomitantes à continuação dos enfrentamentos militares. A Índia impôs uma mediação mal-sucedida nos anos 1980, e o governo do Sri Lanka tentou conversas não mediadas anos 1990. A Noruega mediu o conflito de 2000 a 2008, resultando num Acordo de Cessar-Fogo. O monitoramento do Acordo era frágil e a internacionalização do processo de paz levou à desconfiança das partes, que terminaram o processo de paz em 2008.

Palavras-chave: Sri Lanka – guerra civil. Resolução de conflitos – mediação. Noruega. Conflito étnico.

ABSTRACT: The civil war in Sri Lanka was caused by the discrimination of its largest ethnic minority, the Tamils, by its ethnic majority, the Sinhalese. In 1983, a rebel armed group, the Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE) committed an attack which sparked the conflict. The conflict intensified in the 1990s, though the belligerents were exhausted by the early year 2000, when Norway mediated. There were several attempts at negotiation, parallel to the ongoing military confrontations. India imposed an unsuccessful mediation in the 1980s, and the Sri Lankan government attempted non-mediated talks during the 1990s. Norway mediated the conflict from 2000 to 2008, resulting in a Ceasefire Agreement. The ceasefire's monitoring mechanism was flawed and the internationalisation of the peace process led to the mutual lack of confidence from the parts, which ended the process in 2008.

Key-words: Sri Lanka – civil war. Conflict resolution – mediation. Norway. Ethinc conflict.

Introdução

O Sri Lanka é uma ilha de cerca de 20 milhões de habitantes, localizada ao sul da Índia. Sua população é dividida entre uma maioria cingalesa (74%), nativa à ilha, com idioma próprio (o cingalês) e predominantemente budista (do ramo *theravada*), e pelo menos quatro minorias. A maior delas, a tâmil, representa 18% da população. Os tâmeis são originários do sudeste da península Índica e vieram a habitar o Sri Lanka há pelo menos dois milênios, com outra leva mais recente (século XIX). Possuem língua própria (tâmil, da região indiana correspondente), e são predominantemente hinduístas. Já os muçulmanos (7%), consideram-se etnia à parte, mas são predominantemente de língua tâmil. As demais etnias não somam sequer 2% da população do Sri Lanka, e são os *burghers* (descendentes da mescla entre os habitantes do Sri Lanka e os colonizadores europeus), malaios (do sudeste asiático) e veddhas (aborígenes do Sri Lanka) (ICG, 2006).

Em 1983, este pequeno país sul-asiático começou a sofrer de uma guerra civil, cujas causas foram medidas discriminatórias por parte dos cingaleses em relação aos tâmeis após a independência do país (1948). Na década de 1980, um grupo armado, os *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE, ou Tigres), se destacou e passou a ser o único beligerante que lutou pela causa tâmil. No total, o conflito causou a morte de mais de 70 mil pessoas e, até seu término, em maio de 2009, havia mais de 500 mil deslocados internos (*internally displaced persons – IDPs*) (UNHCR, 2009a; 2009b).

Apesar de ser mais um entre os 38 conflitos armados violentos do mundo em 2008 (HIIK, 2008), o conflito intra-estatal do Sri Lanka chama a atenção por diversas características. Entre elas, destacam-se a atuação internacional de um grupo terrorista rebelde (os LTTE) e o alto nível de polarização étnica. Além disso, o conflito se caracterizou por uma dicotomia guerra-paz, na qual a beligerância e hostilidade continuaram mesmo após a assinatura de um cessar-fogo em fevereiro de 2002 e durante um processo de paz envolvendo esforços da Noruega, como mediador, para resolver o conflito por meios pacíficos.

Soma-se, ainda, o fato de que este conflito em particular, após diversas tentativas de negociação, chegou ao fim por uma vitória militar do governo do Sri Lanka sobre os rebeldes. Uma vitória militar não só implica a perda de vida humana e ampla destruição nas zonas de conflito, mas também mostra que o caso do Sri Lanka foi contra uma tendência que vem se desenvolvendo após o fim da Guerra Fria. De acordo com Kreutz (2010) e o Programa de

Estatísticas sobre Conflitos de Uppsala (UCDP, 2008), desde o fim da Guerra Fria, conflitos que terminam com uma vitória militar diminuem cada vez mais.

Este artigo se propõe a examinar o processo de paz no Sri Lanka sob a mediação da Noruega, ocorrido durante a vigência do Acordo de Cessar-Fogo de 2002. Esse período testemunhou intensa atividade pela paz e um alto nível de internacionalização do processo negociatório, sendo também o período em que as partes mais perto chegaram de um acordo.

Histórico da guerra civil no Sri Lanka

O principal antecedente do conflito foi uma legislação, de 1956, influenciada pelo nacionalismo budista-cingalês (representado pelo então presidente S. W. R. D. Bandaranaike, do *Sri Lanka Freedom Party* – SLFP). Essa legislação priorizava a língua cingalesa como oficial, e a tentativa de correção para algum uso oficial do tâmil não foi inteiramente implementada. Isso gerou manifestações pacíficas (*satyagraha*) dos tâmeis e suas primeiras reclamações de autonomia. Cabe ressaltar que o movimento nacionalista cingalês é budista e marxista, mas a religião não se tornou *per se* uma causa de conflito violento como a língua tâmil e a autonomia (e secessão), tampouco a orientação marxista. Ações de desobediência dos tâmeis, realizadas entre as décadas de 1950 e 1970, sofreram ataques da população cingalesa budista radical de esquerda. O governo ignorou as repressões violentas dos cingaleses (SILVA, 1998). Desde a redação do Ato de 1956, o governo do país foi alternado entre dois partidos: o SLFP e o *United National Party* – UNP, também se alternando o modo como o governo tratava das questões-chave do conflito.

A constituição de 1972 foi outro ponto de atrito, pois deu primazia à língua cingalesa e ao budismo. Na mesma década, surgiu um grupo organizado que atuava no extremo norte do país (península de Jaffna): os Tigres pela Libertação do Eelam Tâmil (LTTE ou Tigres). Propagavam, por meio da violência, a hegemonia da região de população predominantemente tâmil e sua secessão. Os Tigres se organizaram em torno de seu líder e fundador, Villupillai Prabhakaran, que planejou e participou pessoalmente de muitos dos ataques iniciais do grupo. Este começou a se organizar e incrementou o cunho autonomista até chegar às idéias de secessão nos anos 1970 (HERATH, 2002; RICHARDSON, 2007). A nação tâmil que idealizaram foi batizada de Eelam, e englobaria as regiões norte e leste do país. Após o primeiro grande ataque dos Tigres contra o

exército, em 1983, eclodiram tumultos que levaram à morte de cerca de 4.000 tâmeis, marco utilizado aqui para definir o início do conflito intra-estatal.

O governo, apesar de haver falhado em parte no tocante à igualdade civil, proporcionou acesso e qualidade na educação (apesar do acesso a esta ter sido parcial para os tâmeis até a constituição de 1972) e adequada liberdade religiosa (SILVA, 1998). Em certa medida, houve avanços, como o uso do cingalês e tâmil para a edição de documentos oficiais, e desde placas e até selos dos correios. Em 1988, a 13ª emenda à constituição do Sri Lanka oficializou a língua tâmil, mas isso não provocou mudança nos rebeldes. O Estado sempre prezou a identidade plural que era propagada no início de sua história independente, ao contrário dos rebeldes, que lutaram por um Estado baseado em sua etnia. A autonomia, portanto, foi e é algo que o Estado passou a temer pelo surgimento da idéia de secessão, propagada pelos Tigres. Logo o receio para implementar até o fim as reformas que poderiam ter apaziguado o país, incluindo autonomia.

Os Tigres passaram a sustentar sua luta por meios violentos e ilícitos. Além de promover a homogeneização forçada do povo tâmil nos territórios que passaram a ocupar, o recrutamento de crianças tornou-se instrumento constante, assim como a intimidação e ataques à população cingalesa, muçulmana e tâmil moderada. Por meio da violência e intimidação, os Tigres passaram a controlar quase todo o território do norte e leste da ilha, e a representar uma população artificialmente homogeneizada. Os LTTE sistematicamente eliminaram rivais políticos ou grupos com idéias divergentes (RICHARDSON, 2007; ICG, 2006). A população tâmil como um todo se tornou refém das reivindicações dos rebeldes, que passaram a controlá-la. O discurso dos rebeldes também se tornou ambíguo: enquanto para o governo afirmavam querer um país unido, o discurso para o povo tâmil era o de secessão.

A resposta do governo, tentando manter a integridade territorial, foi, também, violenta. Tentou reprimir duramente os rebeldes e, no processo, cometeu violações dos direitos humanos, como restrição da imprensa e detenções arbitrárias (SMITH, 1999). Durante o conflito, ambas as partes impuseram risco à população civil, já que os rebeldes impediam sua saída dos territórios em conflito e havia alegações de que o exército do governo não primava pela distinção entre civis e combatentes (ICG, 2007).

Na década de 1990, os LTTE cresceram em número e território de controle (SMITH, 1999). Sua expansão também foi observada no meio internacional, já que estabeleceram escritórios em países diversos como África do Sul, EUA, Austrália e também países da Europa,

de onde coordenavam o contrabando de armamentos e seu financiamento, oriundo da diáspora tâmil. Os confrontos entre o governo e os LTTE naquela década exauriram suas forças, e em 2000 se iniciou o processo de mediação norueguesa, que será detalhado neste artigo.

Durante o processo de negociação mediado pela Noruega, no campo de batalha a situação arrefeceu levemente nos dois anos após a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo (2002 e 2003). No entanto, após 2003, houve uma re-escalada no conflito, também provocada pela eleição de Mahinda Rajapaksa como presidente do Sri Lanka. Rajapaksa é um nacionalista que pautou sua campanha na derrota militar contra os LTTE. Devido às crescentes violações do ACF e desconfiança entre Rajapaksa e os LTTE (Prabhakaran, em particular), nos dois últimos anos de sua vigência (2006 e 2007), o ACF vigorou somente na teoria.

As primeiras negociações para resolver o conflito (1984-1995)

A Índia sempre teve grande interesse no Sri Lanka. O maior país do Sul Asiático possui uma grande população tâmil no estado de Tamil Nadu (cerca de 40 milhões de pessoas), sendo este um dos mais ricos e voláteis estados da Índia. Por esse motivo, Nova Déli se engajou desde o início no Sri Lanka, ao mesmo tempo tentando manter relações cordiais com Colombo e treinando os rebeldes tâmeis (SILVA, 1998; JHA, 2007).

Certamente, havia preocupação por parte do governo do Sri Lanka quanto às intenções e o papel da Índia. O governo indiano respondeu a esses temores com uma afirmação pública assegurando o zelo pela integridade e unidade do Sri Lanka, afinal o Sri Lanka era e é o único país com o qual a Índia mantém e sempre manteve relações cordiais e próximas no sul da Ásia (JHA, 2007). Após esse pleito, a Índia incentivou o governo do Sri Lanka a organizar uma conferência pan-partidária, em 1984. Na conferência, o governo ofereceu autonomia limitada aos tâmeis, mas estes adotaram uma posição de confronto, rejeitando a proposta do governo e as negociações fracassaram (BOUFARD; CARMEN, 2006; SILVA, 1998). Esta foi a primeira tentativa indiana de mediar o conflito no Sri Lanka. As outras duas iniciativas foram a rodada de Thimphu, Butão (1985) – as primeiras negociações formais entre o governo do Sri Lanka e os diversos grupos tâmeis – e um engajamento militar, que foi de 1987 a 1990.

Em Thimphu, capital do Butão, a Índia reuniu os principais partidos e grupos armados tâmeis e o governo do Sri Lanka, para negociações. Lá, os tâmeis elaboraram uma série de propostas, conhecidas como “Princípios de Thimphu”, que exigiam o reconhecimento da

nacionalidade tâmil, sua localidade tradicional no Sri Lanka e o direito à autodeterminação, todos que eram vistos com receio pelo governo, que temia pelo separatismo (SURYANAYARAN, 2006).

Governo e tâmeis do Sri Lanka não conseguiram conciliar suas posições. O governo não aceitou o nível de concessão exigido pelos tâmeis e estes adotaram uma posição confrontacionista, não aceitando menos que um Estado independente (BOUFARD; CARMENT, 2006; JHA, 2007). Prabhakaran, líder dos LTTE, já havia chegado a Thimphu convencido que as negociações não surtiriam efeito, e assim ocorreu. Após duas rodadas, as negociações foram suspensas (SURYANARAYAN, 2006; BOUFARD; CARMENT, 2006).

Em 1987, os governos da Índia e Sri Lanka assinaram o Acordo Indo-Lanka. Entre outras disposições, o acordo foi baseado na premissa de que o governo do Sri Lanka deveria atender pelo menos algumas das demandas dos tâmeis, ao mesmo tempo em que reforçava a integridade do país e rejeitava a proposta de um Estado tâmil. O ponto crucial do acordo, contudo, era o auxílio das tropas indianas, na *Indian Peacekeeping Force* (IPKF), às forças armadas do Sri Lanka, para desarmarem os rebeldes tâmeis, que não foram consultados. Por antipatia da população e revolta dos LTTE, a IPKF sofreu duras baixas, e novas eleições presidenciais no Sri Lanka deram vitória a Ranasinghe Premadasa, opositor da intervenção indiana. Mais de 1500 soldados indianos morreram, e grandes porções de território e armas da IPKF foram apossados pelos rebeldes (SMITH, 1999). Ainda, os LTTE assassinaram, por meio de ataque terrorista, o primeiro-ministro indiano, Rajiv Gandhi, que idealizou a intervenção. Isso marcou o fim do envolvimento direto de Nova Déli no Sri Lanka (JHA, 2007).

Entre os anos 1989 e 1991, o presidente Premadasa tentou negociar com os LTTE, mas não houve avanço e um cessar-fogo informal deixou de existir. Confrontos voltaram e os rebeldes assassinaram, por meio de ataque suicida, o presidente Premadasa. Em 1994-1995, a presidente Chandrika Kumaratunga também tentou negociar com os rebeldes, mas não houve avanço. A desconfiança mútua teve mais impacto e as partes voltaram a se enfrentar militarmente (SMITH, 1999; RUPESINGHE, 1996). Nos anos 1990, cada presidente pertencia a um dos dois partidos que dominaram a política local, fazendo mudanças no modo e objeto da negociação. É nesse contexto em que se inserem as negociações sob a mediação da Noruega.

Contexto da mediação norueguesa

Samaranayake (2006) aponta para o fato de que na segunda metade dos anos 1990, a Noruega já atuava no Sri Lanka, apoiando financeiramente instituições que propagavam a paz e entendimento entre suas etnias. Similarmente, Höglund e Svensson (2009) relatam que o país nórdico tinha muita experiência com a cooperação fornecida para o Sri Lanka, o que também permitiu que muitos contatos e laços fossem formados entre os noruegueses e cingaleses e tâmeis. Diante do impasse militar, a Noruega começou consultas com o governo do Sri Lanka e os LTTE entre 1998 e 2000. Oslo propôs a mediação pela primeira vez em 1997, porém houve rejeição por parte do governo do Sri Lanka. A presidente Kumaratunga formalmente aceitou que a Noruega *facilitasse* o processo de paz entre o governo e os rebeldes no ano 2000, assim como os Tigres (PODDER, 2006; SAMARANAYAKE, 2006).

O termo facilitação foi escolhido pelo governo do Sri Lanka e os LTTE para designar o papel da Noruega, que era o de auxiliar as partes a entrarem em contato e, depois, a mantê-lo, facilitando as comunicações (BULLION, 2001). Para os efeitos deste trabalho, facilitação será entendida como um dos tipos de mediação, que variam de bons ofícios à mediação manipuladora, conforme Zartman e Touval.

A percepção que os noruegueses tinham sobre o porquê de serem aptos a mediar o conflito no Sri Lanka merece destaque. Höglund e Svensson (2009) também que o *peacemaking* é um dos princípios-base da diplomacia Norueguesa, e que a agenda internacional sob essa perspectiva é importante para a percepção desse país sobre si mesmo como uma força moral no mundo. Oslo afirmava, ainda, que não possuía interesses estratégicos ou comerciais no Sri Lanka, e que nunca havia sido uma potência colonizadora (SAMARANAYAKE, 2006; BULLION, 2001). Embora os noruegueses não fizessem esse tipo de comentário sobre si, possuíam experiência na mediação de conflitos. Exemplos incluem casos na Guatemala, Colômbia, Etiópia e o conflito Árabe-Israelense, nos anos 1990 (MOOLAKKATTU, 2005).

Cabe uma consideração sobre a motivação norueguesa para abordar o conflito no Sri Lanka. Zartman e Touval (2007) afirmam que, entre os fatores motivadores da mediação de Estados pequenos está a busca pelo prestígio ou outras formas de projetar seu interesse. A Noruega não foge dessa teorização. Moolakkattu (2005) e Höglund & Svensson (2009) chamam atenção para o fato de que o papel da Noruega colocou Oslo em contato mais direto não só com Washington, mas também com a União Européia, o Japão e a Índia. O contato, é importante

destacar, ocorreu também em alto nível entre esses atores. De acordo com Höglund e Svensson (2009), não só foi fundamental a busca de prestígio da parte de Oslo, como também o fato de a mediação em conflitos ser um meio para a consecução de seus objetivos particulares. Os autores afirmam que “through its peace efforts, Norway has promoted its national interests by gaining a reputation as a skilled and effective peacemaker” (HÖGLUND; SVENSSON, 2009, p. 179). Samaranayake (2006) e Höglund & Svensson (2009) ressaltam o provável papel que a diáspora tâmil residente na Noruega desempenhou no envolvimento do país nórdico.

É de se perguntar, conseqüentemente, o que levou a Noruega a ser aceita como tertium-inter-partes no Sri Lanka. Conforme já foi mencionado, o fato de ser um grande doador para o Sri Lanka pode ter sido muito importante para Colombo. O governo do Sri Lanka também estava ciente das reservas indianas quanto à atuação de potências extra-regionais no sul da Ásia, e o fato de aprovar o envolvimento da Noruega pode ter tido efeito positivo sobre o governo do Sri Lanka (MOOLAKKATTU, 2005; BULLION, 2001). O trabalho dos noruegueses no setor de desenvolvimento no Sri Lanka também os levou a formar laços com os LTTE, ganhando sua confiança. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, também foi fundamental a percepção dos líderes dos Tigres de que seria mais difícil atuar em um sistema internacional que passou a rechaçar veementemente o terrorismo (HÖGLUND; SVENSSON, 2009; ICG, 2006; MOOLAKKATTU, 2005), embora já antes dos ataques às Torres Gêmeas tivessem concordado em participar do processo de paz (UYANGODA, 2007). As partes beligerantes também viam a Noruega como imparcial (HÖGLUND; SVENSSON, 2009), o que é importante quando se escolhe um mediador.

Após as partes concordarem, separadamente, em ter a Noruega como mediador, um enviado especial do governo norueguês chegou ao Sri Lanka, ainda no ano 2000, para buscar uma aproximação entre as partes. Seu nome era Erik Solheim, e se converteu no enviado especial do Reino da Noruega para o Sri Lanka. Solheim consultou, durante meses, o governo do Sri Lanka e os LTTE, tentando conciliar suas posições (SAMARANAYAKE, 2006; BULLION, 2001; MOOLAKKATTU, 2005). Tão logo Solheim começou as consultas com as partes, começaram a surgir críticas à mediação norueguesa, inclusive da parte de Chandrika Kumaratunga, que havia convidado o país nórdico.

Resultados da mediação

O Acordo de Cessar-Fogo

Eleições disputadas em 2001 tiveram como temática o processo de paz, e o partido UNP, liderado por Ranil Wickremasinghe, ganhou a maioria no parlamento, sob uma plataforma favorável ao processo em andamento (BULLION, 2001; MOOLAKKATTU, 2005; PODDER, 2006; BOUFFARD; CARMENT, 2006). Nesse ínterim, Solheim havia consultado as partes e elaborado um memorando de entendimento, que deu origem ao Acordo de Cessar-Fogo de 2002. Antes da assinatura do Acordo de Cessar-Fogo, Erik Solheim conseguiu que cada parte declarasse uma trégua unilateral, também logrando sua extensão até a assinatura do ACF (MOOLAKKATTU, 2005).

Em nenhum momento, durante a negociação do ACF, ocorreram negociações diretas entre o governo do Sri Lanka e os LTTE, tendo a Noruega sido utilizada como courriel e intercambiando opiniões entre os dois líderes envolvidos (Wickremasinghe e Prabhakaran). Os noruegueses também não publicaram o conteúdo das negociações, deixando isso à discrição de cada um dos beligerantes (MOOLAKKATTU, 2005).

O Acordo de Cessar-Fogo (ACF), assinado em fevereiro de 2002 entre o Governo do Sri Lanka e os LTTE, foi, sem dúvida, um dos mais importantes, se não o mais importante, resultado da mediação norueguesa no Sri Lanka.

O documento se divide em três partes principais. A primeira, que define os termos do cessar-fogo per se, indica os procedimentos a serem adotados para a separação e contenção das forças beligerantes. O segundo artigo se dedica a elaborar sobre as medidas de construção da confiança entre as partes, tais como a movimentação de pessoas, remoção de restrições econômicas e vacância de edifícios públicos (escolas e templos, por exemplo). O terceiro artigo criou a Sri Lanka Monitoring Mission, que será tratada em separado.

Um elemento importante do Acordo de Cessar-Fogo de 2002 é o fato de que sua assinatura reconheceu os LTTE como a única contra-parte beligerante, pelo governo do Sri Lanka. Höglund e Svensson (2008) afirmam que isso pode ter acarretado em um desgaste na imagem do governo, uma vez que corrigiu a assimetria existente entre as partes. Ligado a esse fato, o ACF também estipulou o desarmamento de grupos paramilitares tãmeis por parte do governo do Sri Lanka (art. 1.8). Isso significa que os LTTE ainda conseguiram consolidar sua posição no acordo, tendo a certeza de que seriam os únicos responsáveis por falar pelos tãmeis no

processo de paz. O governo se arriscou muito, em termos de imagem, ao reconhecer os LTTE como única contra-parte. No entanto, essa medida se tornou importante para a construção da confiança entre os beligerantes.

De qualquer modo, a percepção sobre essa mudança de assimetria era diferente por parte dos LTTE e do governo. Enquanto o primeiro acreditava que o ACF foi um reconhecimento importante de suas estruturas e controle sobre porções do território, o governo via a concessão de status de parte igual como um mero reconhecimento necessário para regular o comportamento do conflito (HÖGLUND; SVENSSON, 2008).

Enquanto em Colombo o Acordo de Cessar-Fogo recebeu um bom nível de respaldo da população, as da província do Leste adotaram uma postura mais cautelosa, pois temiam com as liberdades de movimento dadas aos LTTE pelo Acordo (ICG, 2006) e várias das regiões não tinham controle certo do governo ou dos LTTE.

O Acordo de Cessar-Fogo de 2002 também melhorou significativamente a vida da população das zonas de conflito, uma vez que pôs fim às hostilidades (ICRC, 2004; 2005). Pela primeira vez em mais de uma década, o livre trânsito de pessoas ocorreu entre o sul e norte da ilha, e a economia de Jaffna floresceu (SAMARANAYAKE, 2006).

Um ponto ressaltado por Höglund e Svensson (2003) é que, no Acordo de Cessar-Fogo,

[there were] no provisions for the reduction of armaments and nothing prohibiting continued military build-up. While both the LTTE and the government side [were] negotiating peace, there [were] indications that both parties [were] taking the opportunity to consolidate their military capacity in the shadow of the ceasefire (HÖGLUND; SVENSSON, 2003, p. 116).

Também é importante frisar que, devido ao seu teor, o Acordo de Cessar-Fogo foi duramente criticado pelo partido SLFP, à época, oposição no parlamento. Enquanto Wickremasinghe apoiou o processo que culminou no ACF, a presidente Kumaratunga e seu partido (SLFP) reprovaram seus termos, principalmente as medidas que davam mais autonomia aos LTTE. Como consequência, Kumaratunga tomou para si o controle do Ministério da Defesa e outros setores-chave do governo (ICG, 2006). O fato de o governo ter, mesmo assim, prosseguido com o processo de paz, de acordo com Höglund e Svensson (2006) demonstra comprometimento com uma resolução negociada com os LTTE.

A Sri Lanka Monitoring Mission (SLMM)

O terceiro artigo do ACF trata da criação de uma missão de monitoramento do Acordo, denominada Sri Lanka Monitoring Mission. De acordo com o seu mandato, a SLMM deveria supervisionar as violações do acordo e, juntamente com órgãos locais de governança, promover a resolução de disputas sobre sua interpretação.

O chefe de missão era de designação responsável do governo da Noruega, assim vinculando a terceira parte, mediadora, ao monitoramento do acordo. A missão também deveria ser composta de observadores militares oriundos dos outros países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia, dos quais somente a Islândia não fazia parte da União Européia).

Desde o início da vigência do Acordo de Cessar-Fogo, começaram as violações, por ambas as partes. No acumulado do conflito, houve uma clara assimetria entre as violações cometidas pelo governo e os rebeldes, uma vez que estes cometeram pelo menos 10 vezes mais violações que aqueles. De 2002 a 2005, por exemplo, os LTTE haviam cometido cerca de 96% de todas as violações julgadas e documentadas pela SLMM (DAILY MIRROR apud HÖGLUND; SVENSSON, 2008).

Ambos os lados cometeram violações graves, tais como assassinatos, seqüestros e ofensivas. Os ataques terroristas dos LTTE recomeçaram após março de 2003, quando abandonaram as conversações para a paz (PODDER, 2006). Os LTTE também tiveram muitas violações registradas por recrutamento de menores, que totalizaram cerca de 45% do total de suas violações. Além de ser proscrito no direito internacional humanitário, o recrutamento de menores é um indício de que os LTTE tentou aumentar suas forças militares, assim como o número de conscrição forçada de adultos.

O fato de os noruegueses chefiarem a SLMM lhes causou muito prejuízo, como mediadores do conflito. De acordo com Höglund e Svensson (2008; 2009), o fato de estarem na dianteira do processo de paz e do monitoramento do ACF os deixou muito propensos a críticas, principalmente de parcialidade ou preferência por uma das partes. Frequentemente, isso ocorreu de ambas as partes – tanto os LTTE como o governo do Sri Lanka.

A resposta dos noruegueses para essas acusações de parcialidade foi, simplesmente, de tratar as partes de modo igual e congruente. Höglund e Svensson (2008) afirmam que isso pode ser explicado pelo temor de que um discurso deploratório poderia ter prejudicado as conversas que estavam em andamento. “This illustrates a potential tension between the aspirations of the

mediators to pursue the negotiation process on the one hand, and of the monitors to identify violations and make the violations visible to the other” (HÖGLUND; SVENSSON, 2008, p. 357). Moolakkattu (2005) também explica que, apesar de outros países europeus fazerem parte da SLMM, a Noruega sempre foi a vítima das críticas.

Os outros países representados na SLMM, contudo, não foram poupados. Em 2006, quando a União Europeia declarou os LTTE como organização terrorista, a situação da SLMM se complicou ainda mais. Os LTTE exigiram que todos os membros nacionais de países da União Europeia saíssem da missão (HÖGLUND; SVENSSON, 2009), o que a prejudicou ainda mais. Em consequência, somente a Islândia e a Noruega mantiveram observadores na SLMM, pondo ainda mais pressão sobre a Noruega. O mediador acabou desempenhando o papel tanto de peacemaker quanto de peacekeeper no Sri Lanka, causando confusão na população e nas partes. Venkataramanan (2006, p. 211) afirma que:

[a] major error committed by Norway in the course of the peace process was the assumption of the role of monitoring the ceasefire, through the Sri Lanka Monitoring Mission (SLMM), a team of observers drawn from Nordic countries, but answerable to the Norwegian Embassy in Colombo. There was an obvious conflict of interest between their role as facilitators of the peace talks and as the adjudicator of ceasefire violations.

Mesmo que a atuação dos noruegueses na SLMM prejudicasse a visão que as partes tinham de sua capacidade de ser imparcial, isso não impediu que continuassem os esforços de mediação. Höglund e Svensson (2008) explicam que isso se deve ao fato de o processo de paz no Sri Lanka ser liderado pela elite, assim distanciando a opinião pública das partes. No entanto, ainda é possível afirmar que a ambigüidade contribuiu para a diminuição na confiança que as partes tinham no mediador, por mais que os esforços e a comunicação continuassem fluindo.

Negociações mediadas durante a vigência do Acordo de Cessar-Fogo (2002-2006)

Sob a mediação norueguesa, o governo do Sri Lanka e os LTTE realizaram negociações diretas pela primeira vez na história do conflito, em que somente o governo e os LTTE estavam à mesa. Ao todo, foram realizadas seis rodadas de negociações.

De acordo com Höglund e Svensson (2009), a Noruega optou por deixar a posse do processo de paz nas mãos dos beligerantes. Isto significa que, nas negociações, o papel da

Noruega foi trazê-los à mesa de negociação, deixando que o andamento e conteúdo do processo ficasse inteiramente sob responsabilidade das partes.

A primeira delas ocorreu em uma base naval na Tailândia, entre 16 e 18 de setembro de 2002. Seu objeto foi a organização de uma força-tarefa para a reconstrução nas províncias Norte e Leste do Sri Lanka. Nessa primeira rodada, o resultado levou ao otimismo, uma vez que os LTTE se comprometeram com o abandono do separatismo e optaram por buscar mais autonomia dentro do Sri Lanka, também entrando para seu sistema político (PODDER, 2006; BOUFFARD; CARMEN, 2006).

Nessas primeiras negociações, as partes também acordaram que, quando fossem debatidas questões que afetassem diretamente os muçulmanos, estes seriam admitidos como uma parte *per se* às negociações (WICKREMASINGHE, 2006). Isso, no entanto, jamais ocorreu, uma vez que as questões muçulmanas jamais foram discutidas. Durante as negociações sob a mediação norueguesa, os muçulmanos estiveram presentes somente como membros da delegação do governo do Sri Lanka (MCGILVRAY; RAHEEM, 2007).

Entre 31 de outubro e 3 de novembro de 2002, realizou-se outra rodada de negociação na Tailândia, desta vez em Bangcoc. Nesta rodada, foram discutidas questões políticas humanitárias, a diminuição da violência e houve, inclusive, troca de prisioneiros (PODDER, 2006; BOUFFARD; CARMEN, 2006; SAMARANAYAKE, 2006). Na reunião, foi criada uma série de sub-comitês para as negociações, um dos quais seria encarregado de buscar uma solução pacífica para o conflito. O problema, de acordo com o International Crisis Group (2006) é que nenhum desses subcomitês foi, de fato, estabelecido ou funcionou.

Já as negociações que ocorreram em dezembro de 2002, em Oslo, representam um avanço não visto nas outras negociações. As partes assinaram um memorando de entendimento, no qual expressaram concordância em buscar uma solução pacífica para o conflito, dentro de um Sri Lanka unido (PODDER, 2006; BOUFFARD; CARMEN, 2006; ICG, 2006). Esse memorando foi visto como um avanço pois representou um comprometimento formal, inédito da parte dos LTTE, que sempre haviam advogado pela criação de um Estado independente, o Eelam Tâmil.

Negociações subseqüentes ocorreram novamente em Bangcoc (6 a 9 de janeiro de 2003) e em Berlim (7 e 8 de fevereiro do mesmo ano). Nas de Bangcoc, o tema central foi a implementação de medidas de alívio humanitário, e, na Alemanha, questões de direitos humanos

(SAMARANAYAKE, 2006). O progresso nessas duas negociações foi, no entanto, inexpressivo (ICG, 2006).

Em março de 2003, ocorreu um incidente que se tornou o tema central de uma negociação. Forças navais do governo do Sri Lanka e dos rebeldes (os Sea Tigers) se enfrentaram no mar, causando uma crise. Rapidamente, realizaram-se mais negociações, entre 18 e 21 de março, em Hakone, no Japão (PODDER, 2006). Estas negociações deixaram claros os problemas do processo de paz que estavam por se agravar. Enfrentamentos entre as partes tornaram-se mais constantes, desse ponto em diante. As negociações no Japão serviram apenas para que o governo do Sri Lanka e os rebeldes percebessem que havia a necessidade de focar em questões de segurança (SAMARANAYAKE, 2006; PODDER, 2006; ICG, 2006), indo além de assuntos humanitários.

Foram, no total, seis negociações as realizadas entre o governo do Sri Lanka e os LTTE entre 2002 e 2003, com participação da Noruega como mediador. Os autores Podder (2006), Höglund e Svensson (2009), Samaranayake (2006) e o International Crisis Group (2006) têm opiniões convergentes e claras acerca de um ponto em particular, sobre essas primeiras negociações. Todas essas fontes afirmam que essa primeira etapa foi caracterizada por negociações envolvendo assuntos superficiais, sem tratar de questões chave para a compreensão do conflito e sua resolução.

Além disso, o fato de o processo ter tomado um aspecto bilateral, com somente duas partes dentre um país onde haviam muitos outros grupos envolvidos com o conflito, prejudicou a percepção da população sobre as negociações (ICG, 2006; HÖGLUND; SVENSSON, 2009). Höglund e Svensson (2009) afirmam que a organização do processo de paz “on exclusive dialogue between the two major belligerents has also been a way to manage the potential dilemma between efficiency and legitimacy, by giving primacy to the former rather than the latter” (2009, p. 184). Esses autores afirmam, ainda, que a opção de dar posse do processo para as partes explica tanto seu sucesso inicial, como os motivos para seu fracasso. Fora do processo, a Noruega tinha poder limitado.

Cabe uma última consideração sobre a missão de monitoramento. As violações começaram a ser cometidas logo após a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo. No entanto, em nenhum momento, as frequentes violações do ACF fizeram parte da pauta de negociações entre o governo e os rebeldes.

There seems to be no explanation why the SLMM, a crucial component of the peace process, should find itself ignored and humiliated, and its findings not being factored into the progress of talks. After all, it is only the Sri Lankan government that cannot afford to antagonise the LTTE for fear of the latter walking out of talks and calling off the ceasefire (VENKATARAMANAN, 2006, p. 214).

O abandono das negociações

Uma característica da mediação norueguesa no Sri Lanka foi o modo como conseguiu suplementá-la com o apoio de vários doadores de recursos para o desenvolvimento no Sri Lanka. Isso se deu por meio de consultas e conferências para garantir recursos para a reconstrução do país sul-asiático. À medida em que isso impulsionou o processo de paz, também o prejudicou, uma vez que atingiu um grande nível de internacionalização, prejudicando a percepção das partes.

Um dos dois divisores de águas do processo de paz no Sri Lanka ocorreu em abril de 2003, consta em diversas fontes (ICG, 2006; PODDER, 2006; HÖGLUND; SVENSSON, 2009; SAMARANAYAKE, 2006; BOUFFARD; CARMENT, 2006, por exemplo). Naquele mês, foi organizada uma conferência preparatória para outra que iria ocorrer em junho do mesmo ano, em Tóquio, no Japão, para arrecadar recursos para a reconstrução do Sri Lanka. A conferência preparatória causou uma crise severa, da qual não houve retorno. O motivo é que foi realizada em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos, o que era, per si só, um problema, pois lá os LTTE estavam (e ainda são) listados como uma organização terrorista, sendo, assim, impedidos de entrar ou viajar pelo país.

O fato de terem sido impedidos de freqüentarem uma conferência, chave para outra de grande magnitude e importância, foi suficiente para que Anton Balasingham, chefe dos negociadores tãmeis e mentor-idealizador dos LTTE, suspendesse a participação em conversas daquele ponto em diante, e inclusive voltaram a cometer ataques suicidas contra o governo (BOUFFARD; CARMENT, 2006). Deste ponto em diante, os LTTE estiveram muito mais céticos quanto às negociações e preferiram voltar suas energias para o fortalecimento de seu Estado de facto, o pretendido Eelam.

Cabe, neste sentido, uma análise do papel da Noruega. Primeiramente, pode-se afirmar que a organização de conferências para arrecadar recursos de doadores para a reconstrução do Sri Lanka foi precipitada. O conflito não havia terminado e, ainda mais, sequer haviam sido

discutidas questões fundamentais para sua resolução, conforme abordado na seção anterior. Logo, ainda há que entender o nível de responsabilidade de Oslo no incidente da conferência de Washington. Como mediador do processo de paz no Sri Lanka, era papel da Noruega zelar pela ampla participação das duas partes (a ampla participação da sociedade do Sri Lanka é outra questão). A literatura examinada não informa se houve qualquer esforço da Noruega para evitar que a conferência ocorresse em Washington, ou se o fomentou. O fato é que dirimiu a confiança dos LTTE tanto na Noruega quanto no governo do Sri Lanka (HÖGLUND; SVENSSON, 2009).

Nos meses que antecederam a conferência de Tóquio, houve muita pressão para que os LTTE a frequentassem, vida de todos os lados. Não só a Noruega, como também o governo do Sri Lanka e doadores como a União Européia, o Japão e os Estados Unidos pediram que os Tigres marcassem presença em Tóquio. Como resposta, os LTTE propuseram uma administração interina para as províncias Norte e Leste, que deveriam ficar sob seu controle, e transferiam grandes poderes administrativos para si (VENKATARAMANAN, 2006). Com essa proposta, dificilmente haveria aproximação entre os LTTE e o governo, uma vez que este não ia aceitar esse nível de transferência de poderes.

A conferência de Tóquio terminou com a promessa de US\$ 4,5 bilhões em doações para a reconstrução do Sri Lanka. Também impôs condições para as doações, como o comprometimento com a paz (GOODHAND, 2006). Por si só, isso também constituiu um erro, uma vez que, como afirma Goodhand (2006, p. 57), “one cannot draw a line between war and peace, though orthodox aid models have traditionally been based upon such a division.” A condição acabou por funcionar como uma imposição pela paz.

Além da questão da conferência de Washington, eleições presidenciais no Sri Lanka, em 2005, foram fundamentais para o abandono das negociações. O partido UNP, que estava no poder do parlamento quando das negociações, sofreu dura oposição do SLFP durante as conversas com os Tigres. O SLFP aliou-se, nas eleições parlamentares de 2004, com diversos partidos da extrema esquerda e partidos budistas-nacionalistas, conquistando a maioria. Nas eleições presidenciais de 2005, o então primeiro-ministro Mahinda Rajapaksa, do SLFP, foi eleito após uma disputa acirrada contra Wickremasinghe, do UNP. Rajapaksa baseou sua campanha eleitoral em uma linha mais dura contra os LTTE e a mediação norueguesa os LTTE boicotaram essas eleições (ICG, 2006).

As negociações diretas entre o governo e os LTTE estavam paradas há cerca de três anos, quando a Noruega levou às partes à negociação mais uma vez, em Genebra, em fevereiro. As partes tinham propostas diferentes para a agenda das negociações: enquanto o governo preferia a revisão do ACF, para deixá-lo menos propenso às violações, os LTTE queriam somente reforçar sua implementação. As partes se comprometeram a continuar com a trégua, mas não houve outros comprometimentos. Outras negociações estavam programadas para Genebra, em abril daquele ano, e não ocorreram por falta de segurança, alegada pelos LTTE (PODDER, 2006). A Noruega tentou, ainda, uma última vez reunir os dois beligerantes, também em 2006, mas a negociação não ocorreu porque os Tigres alegaram que o governo do Sri Lanka não enviou uma delegação adequada (PODDER, 2006).

Após essas últimas tentativas, o governo da Noruega continuou a mediar a comunicação entre as partes, mas não houve novas negociações. Paralelamente, como foi tratado no capítulo anterior, houve uma escalada no conflito militar e um retorno à guerra civil. O Acordo de Cessar-Fogo ainda vigorava, mas não tinha efeito prático. Em fevereiro de 2007, o embaixador da Noruega no Sri Lanka discursou marcando os cinco anos do ACF, mas não apresentou novas propostas, ou indicou caminhos a serem traçados, muito menos prospectos para que as partes voltassem à negociação (BRATTSKAR, 2007).

A justificativa oficial do governo do Sri Lanka para retirar-se do Acordo de Cessar-Fogo citou, entre outros fatores, as falhas existentes no documento (BALAPATABENDI, 2008), além das freqüentes violações do dito acordo.

Conclusão

O processo de paz no Sri Lanka teve várias tentativas, sendo a norueguesa a última antes do fim do conflito, em maio de 2009. Vários fatores podem explicar o insucesso desta empreitada.

Primeiramente, a literatura permite afirmar que a política no Sri Lanka, organizada em torno de dois partidos principais determinou altos e baixos de todas as tentativas de resolução. Sendo o único objetivo conseguir permanecer no poder, o UNP e SLFP se alternaram em avanços e retrocessos nas relações com os LTTE e os tâmeis desde o começo da guerra civil, em 1983. O governo do Sri Lanka, independente do partido, fez concessões importantes aos LTTE, como

reconhecê-los como contra-parte e aceitar, em princípio maior nível de autonomia dentro do Sri Lanka. No entanto, com o governo de Rajapaksa, esses compromissos não foram honrados.

Já no caso dos LTTE, não ficou claro até que ponto estiveram comprometidos com a paz. É importante lembrar que os Tigres, apesar de também terem feito concessões, tais como abrir mão do separatismo, aparentam nunca terem completamente se desvinculado da pretensão de criar um Estado independente no Sri Lanka. Tanto analistas cingaleses (GUNASEKARA, 2001?) quanto de fora do Sri Lanka, como o indiano Jha (2007), são da opinião de que os LTTE jamais aceitariam algo menos que o pretendido Eelam, principalmente por causa da obstinação de Prabhakaran.

Conforme já foi mencionado, a falta de participação de outros grupos étnicos também foi um fator. Adicionalmente, todo o processo de paz mediado pela Noruega foi elitizado, i.e., somente a elite cingalesa e certos setores dos tâmeis participaram dele (ROPER, 2008).

O fato de questões fundamentais para a compreensão do conflito também não terem sido abordadas também foi importante. As questões fundamentais seriam não somente a discriminação e autonomia tâmil, como também a efetividade do Acordo de Cessar-Fogo, por exemplo. Todos esses pontos foram continuamente evitados e, portanto, as negociações não trouxeram nada de substantivo (ROPERTS, 2008).

É importante destacar, ainda, o papel dos doadores internacionais de fundos. Goodhand (2006) afirma que sua falta de sensibilidade em relação ao contexto foi prejudicial ao processo de paz. As doações também podem ser interpretadas como um meio de evitar direcionar esforços para as causas estruturais de conflitos, uma vez que atrai atenção para o dinheiro e como pode ser utilizado.

Em relação à Noruega, pode-se ver, acima de tudo, uma persistência que não seria fácil de encontrar em outros países (MOOLAKKATTU, 2005). Apesar das críticas das partes, acusações de parcialidade e favoritismo de ambas as partes, Oslo procurou manter-se firme, apesar de sua atuação já estar prejudicada.

Deve-se ter em mente, entretanto, que o período enfatizado neste artigo, em que vigorou o Acordo de Cessar-Fogo de 2002 e no qual a Noruega atuou, testemunhou uma relativa melhora nas condições de vida dos habitantes das zonas de conflito – pelo menos em seus anos iniciais.

Ações como as da Noruega são escassas na atualidade. Mediadores, movidos por seus interesses, nunca são providos de total imparcialidade. Erros certamente ocorrerão em

negociações mediadas, sendo a percepção do motivo comumente relacionada à terceira parte. Contudo, a mediação, como demonstrou o caso do Sri Lanka, pode por partes hostis ou beligerantes em um nível de contato nunca antes existente em um conflito particular, melhorar as condições da população local e levar o conflito a estar mais perto de uma resolução. A mediação Norueguesa no Sri Lanka mostra que erros podem ter conseqüências profundas no envolvimento de terceiras partes. É necessário considerar, porém, que é justamente a persistência, perseverança e incentivos em mediações que podem fazer a diferença para um conflito, independente dos interesses envolvidos.

Referências bibliográficas

- BALAPATABENDI, K. (2008) Why the Government of Sri Lanka abrogated the Ceasefire Agreement, publicado em Asia Tribune, Bangkok, 11 jan. 2008. [http://www.asiantribune.com/?q=node/9079]. Disponibilidade: 25/03/2009.
- BOUFFARD, Sonia; CARMENT, David. (2006) The Sri Lanka peace process: a critical review, publicado em Journal of South Asian Development, Vol. 1, n. 2, p. 151-157. London: Sage Publications. [http://sad.sagepub.com/cgi/content/abstract/1/2/151]. Disponibilidade: 02/11/2009.
- BRATTSKAR, Hans. (2007) Five years of the Ceasefire Agreement – What next? Discurso do embaixador norueguês, 21 de fevereiro de 2007. [http://www.norway.lk/ARKIV/Old_web/peace/speeches/Speech_National_Peace_Council/]. Disponibilidade: 05/11/2009.
- BULLION, Alan. (2001) Norway and the peace process in Sri Lanka. Civil Wars, Vol. 4, n. 3. London: Frank Cass, p. 70-92. [http://www.informaworld.com/smpp/ftinterface~db=all~content=a782224479~fulltext=713240930]. Disponibilidade: 2 nov. 2009.
- GOODHAND, Jonathan. (2006) Conditioning peace: the scope and limitations of peace conditionalities in Afghanistan and Sri Lanka. The Hague: Clingendael. [http://www.clingendael.nl/publications/2006/20060800_cru_goodhand.pdf]. Disponibilidade: 05/11/2009.
- GUNASEKARA, S. L. (2001?) A tragedy of errors: about Tigers, talks, ceasefires and the proposed constitution. Colombo: Sinhala Jathika Sangamaya.
- HEIDELBERGER INSTITUT FÜR INTERNATIONALE KONFLIKTFORSCHUNG (HIK). (2008) Conflict Barometer 2008. Heidelberg: Universität Heidelberg, 2008. [http://hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2008.pdf]. Disponibilidade: 31/10/009.
- HERATH, R. B. (2002) Sri Lankan ethnic crisis: towards a resolution. Victoria, B. C.: Trafford Publishing.
- HÖGLUND, Kristine; SVENSSON, Isak. (2003) The peace process in Sri Lanka. Civil Wars, Vol. 5, Nº 4, p. 103-118. London: Frank Cass. [http://www.informaworld.com/smpp/ftinterface~db=all~content=a782225160~fulltext=713240930]. Disponibilidade: 18/05/2010.
- _____. (2006) “Sticking one’s neck out”: reducing mistrust in Sri Lanka’s peace negotiations. Negotiation Journal, Hoboken, v. 22, Nº 4, p. 367-387. [http://www3.interscience.wiley.com/journal/118596979/issue]. Disponibilidade: 17/03/2009.

_____. (2008) "Damned if you do, damned if you don't": Nordic involvement and images of third-party neutrality in Sri Lanka. *International Negotiation*, Leiden, v. 13, N° 3, p. 341-364. [<http://www.ingentaconnect.com/content/mnp/iner/2008/00000013/00000003/art00004>]. Disponibilidade: 17/03/2009.

_____. (2009) Mediating between tigers and lions: Norwegian peace diplomacy in Sri Lanka's civil war. *Contemporary South Asia*, London, v. 17, N° 2, p. 175-191. [<http://www.informaworld.com/smpp/content~content=a910987992~db=all~jumptype=rss>]. Disponibilidade: 27/09/2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2006) Sri Lanka: the failure of the peace process. Asia Report # 124. Brussels: International Crisis Group. [<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=4523&l=1>]. Disponibilidade: 15/06/2007.

_____. (2007) Sri Lanka's human rights crisis. Asia Report # 135. Brussels: International Crisis Group. [<http://www.crisisgroup.org/home/getfile.cfm?id=2975&tid=4896&type=pdf&l=1>]. Disponibilidade: 31/10/2009.

JHA, Nagendra Nath. (2007) India and Sri Lanka: from uncertainty to close proximity. In: SINHA, Atish; MOHTA, Madhup. *Indian foreign policy: challenges and opportunities*. New Delhi: Academic Foudation, p. 641-658.

KREUTZ, Joakim. (2010) How and when armed conflicts end: introducing the UCDP Conflict Termination Dataset. *Journal of Peace Research*, Vol. 47, N° 2. London: Sage Publications. [<http://jpr.sagepub.com/cgi/reprint/47/2/243>]. Disponibilidade: 18/05/2010.

MCGILVRAY, Dennis B.; RAHEEM, Mirak. (2007) Muslim perspectives on the Sri Lankan conflict. Washington: East-West Center. [<http://www.eastwestcenter.org/fileadmin/stored/pdfs/ps041.pdf>]. Disponibilidade: 29/04/2009.

MOOLAKKATTU, John Stephen. (2005) Peace facilitation by small states: Norway in Sri Lanka. *Cooperation and conflict*, Vol. 40, N° 4, p. 385-402. Local: Sage Publications. [<http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/40/4/385>]. Disponibilidade: 2/11/2009.

PODDER, Sukanya. (2006) Challenges to peace negotiations: the Sri Lankan experience. New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses. [http://www.idsa.in/system/files/strategicanalysis_sukanya_0906_0.pdf]. Disponibilidade: 4/10/2009.

RICHARDSON, John. (2007) Paradise lost: learning about conflict, terrorism and development from Sri Lanka's civil war. Kandy: International Centre for Ethnic Studies.

ROPER, Norbert. (2008) Transformación sistémica de conflictos: reflexiones acerca del conflicto y del proceso de paz en Sri Lanka. Berlin: Berghof Forschungszentrum für konstruktive

Konfliktbearbeitung. [http://www.berghof-handbook.net/uploads/download/spanish_ropers_dialogue6_lead.pdf]. Disponibilidade: 5/11/2009.

RUPESINGHE, Kumar. (1996) Lessons from Sri Lanka. In: BERCOVITCH, Jacob, Ed. Resolving international conflicts: the theory and practice of mediation. Boulder: Lynne Rienner Publishers, p. 153-170.

SAMARANAYAKE, Gamini. (2006) Of phases and paces. In: RAMAN, B; SATHIYA MOORTHY, N.; CHITTARAJAN, Kalpana. Sri Lanka: peace without process. Colombo: Vijitha Yapa Publications, p. 163-195.

SILVA, K. M. (1998) Reaping the whirlwind: ethnic conflict, ethnic politics in Sri Lanka. New Delhi: Penguin Books.

SMITH, Crhis. (1999) South Asia's enduring war. In: ROTBERG, ROTBERG, Robert I. Ed. Creating peace in Sri Lanka: civil war and reconciliation. Washington, D. C.: Brookings Institution Press, p. 17 a 40.

SURYANARAYAN, V. (2006) Prospects for reconciliation. In: RAMAN, B; SATHIYA MOORTHY, N.; CHITTARAJAN, Kalpana. Sri Lanka: peace without process. Colombo: Vijitha Yapa Publications, p. 91-116.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSION FOR REFUGEES (UNHCR). (2009a) Sri Lanka: Country Operations Profile. Geneva: UNHCR. [<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e4878e6>]. Disponibilidade: 31/10/2009.

_____. (2009b) UNHCR sends more field experts as civilians return to Sri Lanka's north. 1 maio 2009. [<http://www.unhcr.org/news/NEWS/49fb0c922.html>]. Disponibilidade: 07/05/2009.

UPSALA CONFLICT DATA PROGRAM (UCDP). (2008) UCDP Conflict Termination dataset, v. 2.1, 1947-2007. Uppsala: Uppsala Universiteit. [http://www.pcr.uu.se/research/UCDP/data_and_publications/datasets.htm]. Disponibilidade: 31/10/2009.

UYANGODA, Jayadeva. (2007) Ethnic conflict in Sri Lanka: changing dynamics. Washington: East-West Center. [www.eastwestcenter.org/fileadmin/stored/pdfs/PS032.pdf]. Disponibilidade: 29/04/2009.

VENKATARAMANAN, K. (2006) Dilemmas of external actors. In: RAMAN, B; SATHIYA MOORTHY, N.; CHITTARAJAN, Kalpana. Sri Lanka: peace without process. Colombo: Vijitha Yapa Publications, p.198-225.

WICKREMASINGHE, Ranil. (2006) Peace process in Sri Lanka. South Asian Survey, Vol. 13, N° 1, p. 5 a 15. New Delhi: Sage Publications.
[<http://sas.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/1/5>]. Disponibilidade: 29/10/2009.

ZARTMAN, I. William; TOUVAL, Saadia. (2007) International mediation. In: CROCKER, Chester A.; HAMPSON, Fen Osler; AALL, Pamela. Leashing the dogs of war: conflict management in a divided world. Washington: United States Institute for Peace, p. 437-454.